

Culturas políticas em Angola e Moçambique

Elementos para uma agenda de investigação

Franz-Wilhelm Heimer
CEA/ISCTE

Elisete Marques da Silva
Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, CEA/ISCTE

O objectivo deste apontamento é duplo. Por um lado, pretende chamar a atenção para a importância de a análise dos processos políticos em África incluir a dimensão subjectiva, captada por meio de instrumentos adequados. Por outro lado, apresenta elementos recolhidos através de entrevistas abertas, durante a fase exploratória de uma pesquisa sobre as culturas políticas contemporâneas em Angola e Moçambique. Referindo o destaque dado pelos entrevistados aos valores políticos e a diferentes tipos de representações sociais sobre o político, e as atitudes afectivas que resultam de ambos, o texto assinala as diferenças tendenciais existentes entre os dois países abrangidos, e formula conclusões genéricas para a investigação sistemática que se pretende levar a efeito.

These notes have two purposes. On the one hand, they draw the attention to the importance of including the subjective dimension in the analysis of the political processes in Africa, and to do so by using adequate tools. On the other hand, they present research findings obtained through open interviews, during the exploratory phase of an inquiry into contemporary political cultures in Angola and Mozambique. The text describes the salience given by the interviewees to political values and different types of social representations of politics, and the affective attitudes resulting from both. It also points out differences which seem to emerge between the two countries included in the study, and formulates generic conclusions for the systematical research the authors intend to carry out.

Les notes qui suivent ont deux objectifs. D'un côté, elles se proposent d'attirer l'attention à l'importance d'une inclusion, à l'aide d'instruments adéquats, de la dimension subjective dans l'analyse des processus politiques en Afrique. De l'autre côté, elles présentent des éléments recueillis au moyen d'*interviews* ouverts, pendant la phase exploratoire d'une recherche sur les cultures politiques contemporaines en Angola et au Mozambique. Le texte décrit en premier lieu le poids donné par les interlocuteurs aux valeurs politiques et à différents types de représentations sociales sur le politique, ainsi que les attitudes affectives qui en résultent. Les auteurs terminent par signaler des différences tendentielles qui apparaissent entre les deux pays inclus dans l'étude, et par des conclusions génériques pour les recherches systématiques qu'ils entendent réaliser.

Uma análise abrangente da política tal como ela é vivida pela sociedade – dos espaços constituídos nesta esfera pelos actores sociais, e dos processos que neles se desenrolam – não pode limitar-se ao exame das práticas/comportamentos, mas tem forçosamente que incluir o estudo da «dimensão subjectiva», ou seja, o pensamento social¹ sobre o político.

Este segundo nível – o do modo como os actores sociais, condicionados pelo contexto em que se encontram inseridos, vêem a política, e a si próprios face a ela – tem até à data recebido uma atenção bastante reduzida, no fundo apenas fragmentária e metodologicamente em geral pouco adequada, nos trabalhos sobre a África Subsaariana, e em especial sobre a África Lusófona. Um esforço destinado a captar as dinâmicas complexas e muitas vezes contraditórias que caracterizam as recomposições políticas actualmente em curso nos países africanos de língua oficial portuguesa, terá assim que incluir a dimensão do pensamento social, a título de vertente constitutiva.

É nesta perspectiva que se situa a investigação de cuja fase inicial o texto aqui apresentado dá conta². A intenção da pesquisa é a de captar algumas das características mais salientes que na presente conjuntura histórica existem em Angola e Moçambique.

Dada a grande ambiguidade de que se reveste o uso – tanto o científico quanto o corrente – do termo «cultura política», convém precisar que este, no nosso contexto, outra coisa não significa do que uma constelação relativamente sedimentada (*pattern*) dos diferentes aspectos do pensamento social sobre o político³. No âmbito deste pensamento, convém distinguir analiticamente quatro dimensões:

- A dimensão que via de regra mais destaque recebe é a *cognitiva*, ou seja, a que remete para fenómenos diversamente designados como cognições sociais, como representações sociais, como crenças ou, quando contêm elementos de causalidade, como explicações. Estes fenómenos devem ser concebidos como resultados de processos (sempre sociais, porque condicionados pelo tecido social onde o indivíduo se encontra inserido) de uma produção de sentido, e não como uma apropriação (concebida como passiva e individual) de «realidade objectivas» (ou «dadas»).

Este apontamento refere-se a uma pesquisa empreendida pelos autores no quadro do projecto «A reconstituição dos espaços políticos na África Lusófona», a correr no CEA/ISCTE desde 1999, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e coordenado por Franz-Wilhelm Heimer.

- ¹ Retoma-se aqui, aplicado ao campo específico do político, o termo técnico do «*social thinking*», cunhado pela psicologia social cognitiva. Veja Maria Benedicta Monteiro & Jorge Vala (orgs.), *Psicologia social*, 2ª ed., Lisboa, Gulbenkian, 2000.
- ² O texto constitui uma versão revista da comunicação apresentada em francês no encontro anual do projecto «*Démocratie, représentations et identités en Afrique*», realizado em Outubro de 2001 em Bordéus. O projecto envolve o Centre d'étude d'Afrique Noire de Bordéus, o Agrupament de Recerca e Docència d'Àfrica de Barcelona e o CEA/ISCTE.
- ³ Veja a definição diferenciada ensaiada em Franz-Wilhelm Heimer, Jorge Vala-Salvador e José Manuel Leite Viegas, «Cultura política: Uma leitura interdisciplinar», *Sociologia: Problemas e práticas*, 8, 1990, pp. 9-28.

- A dimensão *avaliativa* abrange não apenas o conjunto dos valores considerados como relevantes para a esfera do político (os «valores políticos»), mas também a avaliação, à luz destes valores, de estruturas, processos e actores presentes na mesma esfera.
- A dimensão *afectiva* foca as cargas emocionais que aparecem associadas às cognições sociais, mas com especial intensidade aos valores e avaliações. É esta a dimensão que redonda nas atitudes – em sentido estrito – face ao político⁴.
- Finalmente, a dimensão *conativa* corresponde aos «esquemas de acção», ou seja, a comportamentos fixos («padronizados»), por assim dizer guardados como programas na *software* da pessoa, e que são desencadeados como reflexos por determinadas situações.

Importa sublinhar que estamos aqui longe das «opiniões» circunstanciais/situacionais, recolhidas por exemplo pela técnica das sondagens. Idealtipicamente, encontramos face a estruturas duráveis, complexas e coerentes do pensamento social sobre o político – e são estas, e só estas, para as quais reservamos o termo de culturas políticas. Convém sublinhar que as culturas políticas, assim entendidas, são naturalmente sujeitas a mudanças, a longo prazo ou em função de acontecimentos marcantes, e que estes processos de constituição, desagregação e recomposição podem implicar fases de menor sedimentação, consistência e complexidade.

Nesta perspectiva, a pesquisa aqui referida constitui uma tentativa de verificar até que ponto há na fase actual, em Angola e Moçambique, estruturas desta natureza. Uma vez que, nos dois países, a problemática analítica atrás equacionada não tem até hoje sido um objecto das investigações científicas⁵, os autores optaram por uma preparação metodológica particularmente cuidada, começando por uma pesquisa exploratória de alguma duração e intensidade. Esta implicou uma estadia em Luanda e Maputo, de meados de Julho a meados de Setembro de 2001, que permitiu a realização de um total de 89 entrevistas com pessoas das mais variadas inserções sociais: de políticos a cientistas sociais, de empresários e profissões liberais a trabalhadores não qualificados, de sindicalistas a activistas de associações e ONGs (nacionais e internacionais), de representantes de comunidades religiosas a profissionais da comunicação social, de escritores a estudantes universitários⁶. Tratou-se sempre de residentes das

⁴ Num sentido menos estrito, o termo «atitudes» é utilizado por certos autores em relação às quatro dimensões, falando-se por conseguinte em «atitudes cognitivas», «atitudes avaliativas», «atitudes afectivas» e «atitudes conativas».

⁵ A única – e importante – excepção parece ser Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro, *As representações sociais dos moçambicanos, do passado colonial à democratização: Esboço de uma cultura política*, Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa, 2000. O autor é hoje investigador do projecto em que o presente apontamento se insere. Convém ainda mencionar a investigação, ainda em curso, sobre aspectos da cultura política em São Tomé e Príncipe, empreendida no quadro do mesmo projecto por Arlindo Afonso de Carvalho.

⁶ As entrevistas duraram em média cerca de 70 minutos e foram inteiramente não estruturadas. Instados a expressarem os seus pensamentos sobre a política do respectivo país, os entrevistados desenvolveram o seu discurso livre-

duas cidades capitais e dos seus arredores imediatos, tanto homens como mulheres, estando o mundo rural presente através de entrevistados quer originários de determinadas sociedades rurais e com vínculos de parentesco a estas, quer intimamente ligados a uma ou mais sociedades rurais pela sua actividade e vivência.

Os elementos obtidos por este processo não devem, de maneira alguma, ser considerados como «dados» no sentido de resultados passíveis de sustentar uma análise sobre a matéria. Na realidade constituem apenas e tão somente material empírico destinado a servir de «insumo» para a construção metodológica da investigação propriamente dita, a ter lugar em 2003/4. A sua utilidade – esta sim inestimável – é a de permitir definir abordagens e instrumentos condizentes com as realidades dos dois países, evitando o risco de, norteados-se por estudos sobre outros países, «passar ao lado» das culturas políticas em Angola e Moçambique⁷.

Com esta ressalva, apresentam-se a seguir alguns dos «*research findings*» que mais se destacam entre os obtidos, esperando que venham a ser úteis para a preparação de pesquisas afins. Como é óbvio, estes elementos têm de ser lidos contra o pano de fundo das trajectórias de ambos os países: delimitação geográfica e concomitante gestação (até hoje inacabada) de formações sociais territoriais, em condições de ocupação colonial portuguesa; um período pós-colonial caracterizado por uma tentativa de implementação de uma utopia socialista, inspirada pelos princípios do chamado centralismo democrático e da economia centralmente planificada, e em simultâneo guerras civis com fortes envolvimentos internacionais⁸; desde há mais de uma década, um processo de transição para um sistema político multipartidário e para uma economia de mercado, acompanhado por complexos processos de recomposição social.

Valores

Constituiu uma certa surpresa o facto de, no discurso livre dos entrevistados, a dimensão globalmente mais saliente não ter sido a cognitiva, mas a avaliativa, com destaque para os valores políticos de fundo.

Outra surpresa foi a descoberta de que, neste domínio, o pensamento social dos entrevistados é bastante mais diferenciado do que o habitualmente registado na literatura internacional sobre cultura política⁹.

mente, servindo ocasionais interpelações apenas para que se articulassem com maior precisão. As entrevistas foram individuais, com apenas 5 excepções em que houve entrevistas com pequenos grupos.

⁷ Este risco é tão mais alto como existe muito pouca investigação incidente neste campo, sobre os outros países da África Subsaariana.

⁸ Convém salientar que em Angola a guerra civil ainda não tinha terminado, no momento em que se realizou a investigação aqui relatada.

⁹ Veja a extensa bibliografia indicada no trabalho referido na nota 3. No fundo, a literatura contínua, a este respeito, no essencial tributária das obras pioneiras dos cientistas políticos americanos Gabriel Almond e Sidney Verba. Veja o seu livro *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1963, e a sua síntese «La Cultura Política», in AAVV., *Diez textos básicos de ciencia política*, Barcelona, Ariel, 1992, pp. 171-201.

É certo que os quatro valores «clássicos» aparecem sempre e com bastante relevo: tanto o célebre binómio «liberdade & igualdade» (ou «liberdade *vs.* igualdade»), como o «par» complementar «participação & bem-estar». Em todos os quatro casos, registam-se discursos e conotações de natureza individualista, correspondentes aos consagrados na literatura. Com alguma frequência aparecem, porém, também versões de índole «comunitária», especialmente entre os entrevistados moçambicanos: liberdade de auto-regulação de comunidades rurais, igualdade entre diferentes segmentos sociais, participação de determinados grupos sociais, bem estar de tecidos sociais específicos.

Para além destes quatro valores identificaram-se entretanto toda uma série de outros, em particular:

- O valor da segurança, com as facetas da ausência de conflitos militares e da criminalidade violenta (especialmente urbana).
- O valor da existência de um objectivo (rumo, projecto, utopia) da sociedade no seu conjunto – às vezes apresentado em termos de necessidade (sócio-)psicológica, às vezes em termos de dignidade «nacional».
- O valor da solidariedade, como oposto ao princípio da concorrência de interesses individuais e grupais.
- O valor da existência/observância de regras claras para a interacção entre os actores sociais a nível político.
- O valor da boa governação, ou seja, o de uma gestão transparente e honesta pelo Estado.

Na maior parte dos casos, estes valores – tanto os «clássicos» como os adicionais – não foram enunciados de forma explícita e precisa, mas transpareceram – geralmente de forma facilmente identificável – em discursos diversamente «codificados».

Uma investigação sistemática terá doravante que levar em consideração o leque inteiro dos valores listados, estabelecendo o sentido exacto que têm para as pessoas, a sua saliência relativa (ou seja, a importância atribuída a cada um) e, talvez antes de tudo, as eventuais relações entre eles. As entrevistas exploratórias não fornecem, a este último respeito, «pistas» seguras, mas sugerem a possibilidade de existirem constelações reveladoras de diferentes tipos de cultura política, e de estes tipos não coincidirem necessariamente com os identificados na investigação sobre os chamados países ocidentais¹⁰.

¹⁰ Nas investigações empíricas sobre estes países, os resultados permitem frequentemente distinguir uma cultura política «de esquerda», caracterizada por uma alta saliência do valor da igualdade, de uma cultura política «de direita»,

Cognições sociais

Talvez devido à técnica utilizada, que privilegiou o discurso livre e espontâneo dos entrevistados, afigura-se algo difícil operar nos elementos recolhidos uma distinção nítida entre as cognições e as avaliações relativas ao político vivido pelas pessoas. Via de regra, é o aspecto avaliativo – muitas vezes associado a conotações afectivas – que sobressai, parecendo com alguma frequência haver menos uma «informação» das avaliações pelas cognições, e mais um condicionamento das cognições pelas dimensões avaliativa e afectiva. É contra este pano de fundo que se enumera a seguir alguns dos elementos mais significativos atribuíveis à categoria cognitiva – portanto classificáveis como representações sociais –, advertindo porém para as conotações avaliativas sempre presentes.

A imagem básica da esfera do político que ressalta da maior parte das entrevistas vai no sentido de esta esfera caracterizar-se na fase actual, fundamentalmente, não por uma lógica institucional, mas uma lógica de relações sociais em torno do poder. Portanto, uma representação social distante dos estruturalismos de todas as obediências, e próxima de perspectivas semelhantes às esboçadas por Foucault.

Em relação ao domínio da política «nacional», há três tipos de cognições sociais que se destacam.

- Os sistemas políticos vigentes são vistos, em ambos os países, como autoritários e repressivos, situando-se nestes termos numa linha de continuidade que teve o seu início no Estado colonial. Neste contexto, surge com alguma frequência – geralmente com uma visível carga emocional – a noção de que, no período a seguir às independências, foi anunciada, e até certo ponto praticada, uma ruptura com estas características «herdadas».
- É percebida como característica tornada constitutiva da nova política «pós-colonial» a que normalmente é rotulada de «corrupção», e que no pensamento dos entrevistados se assemelha bastante ao modelo da «desordem» esboçado por Chabal & Daloz¹¹. Esta representação social está estreitamente associada à imagem da política como relacional, atrás referida¹².
- Os detentores do poder político aparecem, praticamente sem excepção, em termos de uma alteridade bastante radical, excluídos das identidades sociais onde

onde este lugar é ocupado pelo valor da liberdade. É muito possível que a investigação sobre Angola e Moçambique conduza à identificação de constelações onde estas categorias de classificação não se aplicam ou são irrelevantes.

¹¹ Ver Patrick Chabal & Jean-Pascal Daloz, *Africa Works: Disorder as political instrument*, Londres & Bloomington, James Currey & Indiana University Press, 1999.

¹² Convém precisar que o mero facto de um determinado político utilizar o seu poder para beneficiar a sua família tem para muitos entrevistados uma conotação positiva, na medida em que consideram como actos de elementar solidariedade e responsabilidade que uma pessoa em situação confortável apoie a família. O que é rejeitado é que um dado segmento social utilize o seu poder para imprimir a toda a esfera do político uma lógica contrária ao interesse da sociedade global. A coexistência destas duas linhas de pensamento resulta algumas vezes numa visível ambiguidade.

O outro nível é o das atitudes que se situam já na proximidade imediata das práticas políticas dos indivíduos. Algo inesperadamente, o leque de atitudes registadas a este nível enquadra-se perfeitamente na célebre tricotomia formulada por Albert Hirschman: «loyalty», «exit» e «voice»¹⁶.

- Atitudes de «loyalty», ou seja de aceitação global da realidade política, praticamente não se encontraram¹⁷. Em contrapartida, esta atitude foi manifestada por alguns em relação a dadas forças políticas, melhor dito, aos projectos (utopias sociais, defesa de valores políticos e interesses sociais) imputados por estes entrevistados às forças em questão.
- As atitudes de longe dominantes eram de «voice», ou seja, de contestação da realidade política efectiva (e por vezes do sistema político formal), com destaque para os detentores do poder político (e por vezes das forças que se oferecem como alternativas a estes). Nesta categoria, as atitudes iam da rejeição total até a exigências, formuladas em termos genéricos ou concretos, de transformação da realidade contestada.
- Finalmente, houve numerosas manifestações de uma atitude de «exit», de recusa explícita ou implícita tanto da adesão quanto da contestação, indo as variações desde a vontade de sair do país até às mais diversas formas de «imigração interna» ou de «desconexão»¹⁸.

Comunalidades e diferenças entre Angola e Moçambique

Toda a gama atrás exposta de valores, cognições e atitudes encontrou-se tanto em Angola quanto em Moçambique, ficando patente que em ambos os países existem constelações tão diversas – correspondentes à pluralidade de «mundos»¹⁹ que coexistem e se interpenetram nos respectivos tecidos sociais – que não é possível falar numa cultura política abrangente (e muito menos uniforme).

¹⁶ Veja Albert O. Hirschman, *Exit, voice, and loyalty: Responses to decline in firms, organizations, and states*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1970.

¹⁷ Na expressão de entrevistados tanto angolanos como moçambicanos, a atitude de «cidadania», bastante difundida nos primeiros anos pós-coloniais, quase já não se encontraria, especialmente nas camadas mais jovens da população.

¹⁸ Algumas seitas, cristãs ou sincréticas, fornecem aos seus fiéis argumentos religiosos para uma atitude de «exit»: o mundo é intrinsecamente mau, e «a política» ainda mais do que outras esferas. – Um número relativamente considerável de comunidades rurais parecem considerar como a sua melhor opção a de manter-se à distância do Estado e de toda a política «nacional».

¹⁹ Metáfora usada por Mía Couto, na entrevista realizada com este escritor, em Maputo. Convém referir que estes «mundos» são vistos como simultaneamente separados e imbricados, havendo entre eles um grande desconhecimento mútuo, acompanhado por desconfianças e medos.

os entrevistados se consideram enquadrados¹³. O conteúdo deste tipo de representações sociais varia consideravelmente. Enquanto não raramente se recorre à imagem redutora e personalizada do «chefe», encontra-se com frequência sensivelmente igual a representação de um «eles» colectivo e difuso. Cognições algo menos simplificadoras remetem para «os políticos», que por vezes aparecem numa espécie de associação constitutiva com os empresários (ou seja, os detentores do poder económico). Para outros, o detentor do poder é (continua a ser) uma amálgama entre o Estado e o partido político no poder (em ambos os casos o mesmo que dominava o anterior sistema monopartidário). Apenas os entrevistados pertencentes às «elites» articularam neste domínio percepções analiticamente diferenciadas¹⁴.

- Qualquer que seja a percepção de quem são os detentores do poder político, uma representação social largamente difundida entre os entrevistados é a de que, a todos os níveis, se constata uma gestão no mínimo deficiente, e em geral francamente má, dos interesses públicos. Esta cognição é frequentemente ligada à de uma ausência, a nível dos detentores do poder, de perspectivas e políticas a maior prazo, e de uma concentração sobre questões imediatas e pontuais¹⁵.

Atitudes

Embora a investigação sobre culturas políticas deva sempre partir da hipótese teórica de que as cognições, os valores e as atitudes afectivas/avaliativas se condicionam mutuamente, a pesquisa aqui apresentada parece apontar mais no sentido de estas últimas sejam – de acordo com uma lógica quase dedutiva – predominantemente «produzidas» pelas primeiras duas dimensões. Sendo que as reacções dos entrevistados sugerem a utilidade de distinguir entre dois tipos de atitudes face ao político.

Um nível é o das atitudes emotivas de fundo. Na Angola do ano 2001, constata-se a este nível uma atitude inequívoca de profundo e omnipresente medo, patente ou latente. Em Moçambique, parecia não haver um denominador único desta natureza: embora o medo estivesse também presente, apareciam ao mesmo tempo sentimentos como a ansiedade e a irritação.

¹³ Esta cognição é na maioria dos casos acompanhada pela crença de que os detentores do poder desconhecem a realidade da restante população, e não a querem conhecer ou não a conseguem compreender: «Quem tem poder não vê» são frases que, em formulações diversas, aparecem tanto em Luanda como em Maputo.

¹⁴ É preciso assinalar que os elementos recolhidos são relativamente omissos no capítulo das cognições relativas aos níveis regional e local do poder político, não permitindo descrições/categorizações como as acima esboçadas para o nível nacional.

¹⁵ Os únicos detentores de poder que «escapam» a esta percepção são aparentemente algumas das «autoridades tradicionais», especialmente em Moçambique, na medida em que se lhes atribui uma (certa) capacidade de liderar esforços de auto-regulação das respectivas sociedades rurais.

Outra comunalidade é a de que as manifestações recolhidas não permitem uma conclusão clara em relação à dúvida, que não é apenas metodológica, de saber se, ou até que ponto, os modos de pensar o político estão, na conjuntura histórica que ambos os países vivem neste momento, constituídos de forma sedimentada, acusando «*patterns*» identificáveis e relativamente estáveis, ou se estamos na presença, também no domínio do pensamento social sobre o político, de processos de recomposição caracterizados por uma grande fluidez – análogos aos que se constata nas estruturas dos tecidos sociais.

A contrastar com estas comunalidades, verificaram-se diferenças tendenciais que, apresentando-se isoladamente como graduais, podem no seu conjunto revelar-se como qualitativas. Os valores políticos parecem ter em Moçambique uma saliência geralmente mais pronunciada do que em Angola, e acusar ao mesmo tempo uma maior diferenciação. Também no capítulo das cognições, a diferenciação parece ser menor em Angola, onde se sobrepõe às outras representações a imagem do poder político repressivo e corrupto. No campo das atitudes, atitudes de «*voice*», não raramente com repercussões a nível das práticas políticas, eram em 2001 nitidamente mais frequentes em Moçambique do que em Angola.

Conclusões

Do ponto de vista metodológico, os resultados do trabalho exploratório, aqui apresentados de forma sintética e selectiva, podem ser considerados como plenamente satisfatórios. Os elementos recolhidos não só permitem definir «*pistas*» muito precisas quanto aos aspectos das culturas políticas em Angola e Moçambique que faz sentido focar, no quadro da investigação sistemática que os autores se propõem, como também fornecem um grande número de hipóteses e apontam para diferentes linhas de indagação que convirá seguir.

As dimensões mais importantes das culturas políticas parecem ter sido indicadas com bastante clareza, pelo discurso livre dos entrevistados²⁰. Mas será necessário captar de forma precisa estas mesmas dimensões – os seus conteúdos exactos, o seu grau de sedimentação, o seu peso relativo e as suas interrelações. É esta linha central da pesquisa que terá como objectivo estabelecer em que medida é possível falar em Angola e Moçambique de «*padrões*» de cultura política, e em que consistem estas estruturas do pensamento social sobre o político.

A preocupação em estabelecer as correspondências entre tais «*padrões*» e os «*mundos*» abrangidos pelos tecidos sociais de ambos os países, conduz-nos à neces-

²⁰ Como é óbvio, o rigor metodológico exigirá a este respeito algum controle, no sentido de, em entrevistas estruturadas e/ou inquéritos formais, a futura investigação procurar verificar a eventual existência de aspectos relevantes mas que durante a pesquisa exploratória não foram articulados de forma espontânea.

sidade de identificar os factores que condicionam o pensamento dos angolanos e moçambicanos sobre o político, e em especial as variações que este pensamento acusa. As indagações a este respeito sugeridas pela pesquisa exploratória vão em dois sentidos distintos.

Por um lado, elas remetem-nos para os indicadores, clássicos em sociologia, da inserção social das pessoas: para além dos indicadores «sociográficos» como género, idade, escolarização e profissão, haverá que ter em consideração as pertenças étnicas, raciais e religiosas. Um esforço de transcender o recurso a uma soma de indicadores isolados apontará para uma caracterização de (segmentos de) tecidos sociais, de índole diversa: diferentes tipos de sociedades urbanas e de sociedades rurais, possivelmente em parte classes sociais, por vezes talvez constelações locais ou regionais tão específicas que será difícil não atribuir-lhes uma certa singularidade.

Por outro lado, são múltiplos os elementos que apontam para um forte condicionamento das culturas políticas por identidades sociais de todos os tipos, que – longe de constituírem características «objectivas» e fixas – são como as culturas políticas do domínio do pensamento social, e interagem intensamente com estas²¹.

Finalmente, será preciso estabelecer, «a jusante» das culturas políticas, o seu impacto a nível das práticas políticas das pessoas e dos grupos sociais – desde os graus e modos de participação nos espaços políticos existentes (e actualmente em processos acentuados de recomposição) até às experiências ou tentativas de auto-regulação à margem ou nos interstícios destes espaços, da parte quer de sociedades rurais quer de sociedades urbanas²².

²¹ Ver Franz-Wilhelm Heimer, «Staatenwerdung und soziale Identität im portugiesischsprachigen Afrika», in M. Kuder (org.), *Zivilisation, Sprache und Literatur der afrikanischen Staaten portugiesischer Sprache*, Bona, DASP, 1988, pp. 9-40, Gabriel Mithé Ribeiro, *op. cit.*, e o artigo de Fernando Pereira Florêncio, neste número.

²² Ver os estudos de caso de tentativas desta natureza, muito diferentes entre elas, apresentados nos trabalhos de Carlos Ferreira Couto e de Theodore Trefon, neste número.